

MINEIRAO		
MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.		
CNPJ nº 13.012.956/0001-55		
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
(e) Dividendos Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.		
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	8.681	13.068
Constituição da reserva legal	(434)	(654)
Transferência para reserva de subvenção	(8.247)	(12.414)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	-	-
16. Adiantamento de clientes Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2017 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.		
17. Receita A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:		
	31/12/2017	31/12/2016
Receita de operação (a)	19.780	19.864
Atualização do ativo financeiro (b)	61.580	67.772
Impostos e contribuições (c)	(6.401)	(9.046)
	74.959	78.590
(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio; (b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro; (c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e imposto sobre Serviços (ISS).		
18. Custos e despesas por natureza	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(13.336)	(12.334)
Serviços públicos	(2.335)	(3.360)
Despesa com manutenção	(6.162)	(10.620)
Serviços de terceiros	(4.640)	(3.607)
Despesas com aluguel de equipamentos	(776)	(1.175)
Materiais	(445)	(393)
Taxas	(564)	(281)
Depreciação e amortização	(2.468)	(2.459)
Propaganda e publicidade	(253)	(122)
Despesas tributárias	(26)	(27)
Outros	(1.673)	(1.233)
Total do custo e despesas administrativas	(32.678)	(35.631)
Custos dos serviços prestados	(22.605)	(27.315)
Despesas gerais e administrativas	(10.073)	(8.316)
	(32.678)	(35.631)
19. Resultado financeiro	31/12/2017	31/12/2016
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	1.985	1.380
Juros de mora e descontos obtidos	43	119
Varição monetária ativa	848	3.309
Outras receitas financeiras	3	103
	2.879	4.911
Despesa financeira		
Despesas e comissões bancárias	(334)	(224)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.758)	(29.755)
Juros de mora	(4)	(2)
Varição monetária passiva	(3.310)	(6.396)
Outras despesas financeiras	(11.723)	(474)
	(41.129)	(36.851)
Resultado financeiro	(38.250)	(31.940)
20. Gestão de risco financeiro 20.1. Fatores de risco financeiro As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Risco de mercado Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2017 e 2016, as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais. Risco de crédito O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado. Risco de liquidez A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais.		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

foram auditados por outros auditores independentes, que emitiriam relatório datado de 28 de agosto de 2017, com a ênfase referente ao mesmo assunto citado no parágrafo "ênfase".

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de

auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2018.

Grant Thornton

Daniel Menezes Vieira
CT CRC MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP - 025.583/O-1 "S" - MG

Aos Administradores e Acionistas da
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ênfase
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, encontra-se em andamento processo investigatório conduzido pelo Ministério Público de Minas Gerais decorrente de representação realizada por terceiro contra a Companhia. Nas circunstâncias, não há como determinar o desfecho desse processo em curso. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Os valores correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação,

COMÉRCIO

Empresário de BH atinge confiança recorde

Índice divulgado pela CDL/BH alcança 60,9 pontos, maior desde outubro de 2015, início da série

ANA CAROLINA DIAS

A confiança dos empresários de Belo Horizonte alcançou a maior pontuação da série histórica iniciada em outubro de 2015. O Indicador de Confiança do Empresário (ICE) divulgado ontem pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) registrou a terceira alta consecutiva durante o primeiro trimestre deste ano, alcançando a marca dos 60,9 pontos. Na comparação com o quarto trimestre de 2017, quando o índice registrava 55,5 pontos, o aumento foi de 5,4 pontos.

O levantamento apontou que as pequenas empresas, aquelas que têm entre 10 e 49 empregados, são as mais otimistas em relação ao futuro da economia do País, com 59,3 pontos no primeiro trimestre de 2018. Na sequência, a análise por porte das empresas trouxe as de médio porte (de 50 a 99 empregados) com 56,5 pontos e as micro (até nove empregados) que registraram 53,2 pontos.

Os resultados mostram ainda que a confiança está relacionada tanto ao cenário do Brasil quanto com os próprios negócios dos entrevistados. A expecta-

tiva geral dos empresários sobre o cenário econômico e sobre as finanças da empresa para os próximos seis meses registrou 77,3 pontos no primeiro trimestre de 2018, quatro pontos acima do índice de 73,3 pontos registrado no quarto trimestre do ano anterior.

Já a expectativa quanto às finanças de seu próprio negócio para os próximos seis meses também apresentou melhora, passando de 74,7 pontos no quarto trimestre de 2017 para 76,3 pontos no primeiro trimestre deste ano e o indicador da perspectiva dos empresários em relação ao cenário econômico brasileiro também para o próximo semestre subiu de 72 pontos para 78,3 na mesma base comparativa.

Círculo virtuoso - Para o vice-presidente da CDL/BH, Marco Antônio Gaspar, os empresários da Capital estão mais confiantes para investir e voltar a crescer. "A confiança leva o empresário a investir mais e isso gera um círculo virtuoso que desejamos. O empresário confia, aumenta os investimentos, gera novos empregos, aumenta a renda média do trabalhador, que vai consumir mais, o que



Aumento das vendas está entre os fatores que contribuíram para o aumento do otimismo do empresariado da Capital

resulta em um crescimento e as coisas vão rodando positivamente", afirmou Gaspar.

A contínua melhora dos principais indicadores macroeconômicos do País são considerados por Gaspar como fatores que impulsionaram o crescimento da confiança dos empresários de Belo Horizonte. Na avaliação do vice-presidente da CDL/BH, o crescimento do otimismo é resultado da recuperação da atividade econômica somada a outros pontos.

"Os números estão mudando devagar, no entanto a queda da inflação, o aumento da renda da população e uma certa estabilidade em relação aos assuntos políticos fizeram com que os empresários tenham mais confiança", ponderou.

Retomada - Outro fator que contribuiu para o resultado positivo foi um pequeno aumento das vendas. Segundo o vice-presidente da CDL/BH, a retomada do comércio, baseada no

consumo das famílias, tem sido determinante.

"É uma recuperação muito gradual, mas já é suficiente para o empresário se animar. Mesmo com um déficit do governo, houve redução da Selic, controle da inflação, e isso faz com que o empresário confie também neste cenário econômico", avaliou Marco Antônio Gaspar.

A percepção dos empresários quanto à economia brasileira nos últimos seis meses também avançou, de

acordo com o levantamento. O indicador cresceu 7,2 pontos, passando de 31,8 pontos no quarto trimestre de 2017 para 39 pontos no primeiro trimestre deste ano. Essa melhora pode ser atribuída à possibilidade de continuidade da recuperação em 2018, com destaque para elevação da produção industrial, consumo e redução do desemprego. Em relação às finanças de seu negócio nos últimos seis meses, o indicador chegou aos 47,4 pontos.

ACELERAÇÃO

Crescimento do varejo no Brasil chega a 3,1%

São Paulo - O varejo brasileiro cresceu 3,1% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado, descontando a inflação do período, de acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), divulgado ontem. Ajustado ao efeito calendário, o índice deflacionado teve crescimento de 2,2%, uma aceleração em relação à alta de 1,5% apurada em fevereiro. Já em termos nominais,

número que reflete o que o varejista de fato observa na receita das suas vendas, o ICVA subiu 4,7% sobre março do ano passado.

"Mesmo descontando o efeito do calendário, o resultado do mês de março mostrou que o varejo voltou a acelerar após a queda do ritmo verificado em fevereiro", disse o diretor de Inteligência da Cielo, Gabriel Mariotto, em nota. A última semana de

março, entre os dias 25 e 31, marcou o período que antecedeu a Páscoa e registrou crescimento nominal de 4,2% ante os mesmos dias do ano passado.

No primeiro trimestre, o ICVA registrou crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2017, descontada a inflação. Em termos nominais, o índice teve alta de 3,2% no mesmo período de análise. "Nos últimos fechamen-

tos de trimestre vínhamos destacando a recuperação principalmente no índice deflacionado, mas não tão forte no nominal, dado que a inflação estava caindo. Neste último trimestre, o número nominal já apresenta uma melhora mais visível", apontou Mariotto.

Bens não duráveis - O crescimento em março ano a ano foi puxado pelo desempenho dos setores de bens

não duráveis e serviços, enquanto que os de bens duráveis e semiduráveis tiveram retração.

Regionalmente, o destaque positivo foi o Sudeste, que teve a maior aceleração segundo o ICVA deflacionado com ajuste de calendário.

Já pelo ICVA deflacionado sem ajustes de calendário, o varejo ampliado na região Norte subiu 7%, seguido pelas regiões Sul

(+5,4%) e Nordeste (4,5%). As regiões Sudeste e Centro-Oeste tiveram altas de 2,6% e de 2%, respectivamente.

Pelo ICVA nominal, o destaque foi a região Norte, com alta de 7,1%. Sul e Nordeste na sequência, com altas de 6,5% e 5,6%, respectivamente. Já as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram expansão de 4,1% e de 3,6%, respectivamente. (Reuters)